

# PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS PARA O EXERCÍCIO DE 2016

(art. 14, § 1º, LRF)

## INTRODUÇÃO

A presente projeção atende às seguintes determinações:

- a) O § 6º do art. 165 da Carta Magna da República Federativa do Brasil estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
- b) O inciso II do art. 5º da LRF determina que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, conforme descrito na alínea “a” acima;
- c) Considerando que, no Distrito Federal, não há normativo próprio dispondo sobre a conceituação, a metodologia de cálculo e as orientações gerais sobre a forma de apuração dos benefícios de natureza creditícia e financeira regionalizados, utilizou-se, como base normativa, as instruções contidas na Portaria nº 379, de 13 de novembro de 2006, do Ministério da Fazenda, com as devidas adaptações associadas à realidade do Distrito Federal, onde se verifica:

“Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - benefícios ou subsídios financeiros, os desembolsos efetivos realizados por meio das equalizações de juros e preços, bem como a assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujos valores constam do orçamento da União;;

II - benefícios ou subsídios creditícios são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, à taxa de juros inferior ao custo de captação do Governo Federal.”

- d) O art. 1º da Portaria/MF nº 57, de 27 de fevereiro de 2013, alterou o art. 3º da Portaria nº 379, de 13 de fevereiro de 2006, o qual passou a vigorar com a seguinte redação:

*“Art 3º A elaboração do demonstrativo de que trata o art. 1º deverá observar o seguinte:*

*I - os benefícios creditícios e financeiros conceituados na forma do art 2º serão aqueles constantes do anexo metodológico desta Portaria.*

*II - a taxa de juros utilizada para o cálculo do custo de oportunidade do Tesouro Nacional, considerada na apuração dos benefícios creditícios, será definida em Portaria Ministerial..”*

Nesse sentido, a presente Projeção foi elaborada com base nos dados extraídas do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, das informações fornecidas pelas unidades executoras, dos normativos descritos nas letras “a” a “d” acima, e observando o que segue:

- a. valor base o valor executado em 2014;
- b. projeção até 2018, utilizando-se as especificidades de cada um dos fundos ou IPCA; e

- c. a taxa de Juros de mercado (Taxa Selic) de 13,25% a.a, sem viés (fonte BACEN – Ata da 190ª Reunião, realizada nos dias 28 e 29 de abril de 2015).

## **RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS PARA 2016:**

### **1) BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:**

No âmbito do Governo do Distrito Federal, o gasto com benefícios creditícios tem origem nos cinco fundos, abaixo identificados, os quais têm por objetivo tornar mais acessíveis os recursos financeiros oferecidos pelos beneficiários a determinados segmentos da economia, com taxas de juros subsidiadas.

I) O **Fundo de Distrital de Sanidade Animal – FDS**, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, Instituído pela Lei Complementar nº 763, de 30 de maio de 2008, é a unidade responsável por conceder indenização pelo abate ou sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por doenças infectocontagiosas.

O FDS, a partir do exercício de 2013, com a edição do Decreto nº 33.785, de 13 de julho de 2012 começou a apresentar execução, passando a desenvolver efetivamente as ações para as quais foi criado e possibilitando o levantamento de uma série histórica. No entanto, vale lembrar que a execução de do FDS está condicionada à necessidade de indenização em razão de abate ou sacrifício de animais e que, por isso, pode acontecer de não haver execução em determinado exercício.

II) O **Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF**, criado pela Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, com a nova redação dada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 22.024, de 22 de março de 2001, e cuja operacionalidade foi alterada pelo Decreto nº 33.616, de 17 de abril de 2012, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, é a unidade responsável pela concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junto a instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal para os produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE, conforme requisitos estabelecidos.

A taxa de concessão de aval nas operações do FADF é de 0,5% (meio por cento) do valor da garantia ofertada e pode ser alterada por ato do Conselho Administrativo e Gestor, conforme estabelecido no art. 6º da mencionada Lei que criou o FADF.

A partir do exercício de 2013 o FADF começou a apresentar execução, passando a desenvolver efetivamente as ações para as quais foi criado e possibilitando o levantamento de uma série histórica.

III) O **Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR**, criado pela Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2011 e pela Lei nº 5.024, de 25 de fevereiro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 34.285, de 16 de abril de 2013, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, é a unidade responsável por financiar despesas com investimentos e custeio, com juros subsidiados para a área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno;

IV) O **Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER**, criado pela Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 709, de 4 de agosto de 2005 e pela Lei Complementar nº 868, de 11 de junho de 2013, as quais foram regulamentadas pelos Decretos nºs 25.745/2005, 26.109/2005, 28.215/2007, 32.309/2010, 32.813/2011 e 34.720 de 2013, vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo do Distrito Federal é a unidade responsável por conceder apoio e financiamentos a empreendedores econômicos que possam incrementar os níveis de emprego e renda no Distrito Federal;

V) O **Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE**, instituído pelo art. nº 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, a qual sofreu varias alterações, conforme Lei nº 962, de 30 de novembro de 1995, e Lei nº 3.019, de 18 de julho de 2002, vinculado à Secretaria de Estado de Fazenda, disciplina os incentivos creditícios, previstos na Lei nº 409, de 16 de janeiro de 1993.

O Fundo tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a projetos públicos ou privados selecionados. Foi regulamentado pelo Decreto nº 24.594 de 14 de maio de 2004, que disciplina os benefícios creditícios e o benefício especial para o desenvolvimento, previstos na Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003. O programa utiliza a estrutura do Banco de Brasília como agente financeiro.

Com a edição das Leis nºs 5.017 e 5.018, ambas de 18 de janeiro de 2013, a atuação do FUNDEFE foi ampliada em função da instituição do “Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEIAS INDUSTRIAL” e do “Financiamento de Comércio e Serviços para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS”. Tais financiamentos têm por objetivo promover o apoio ao empreendimento produtivo do Distrito Federal e ampliação da capacidade da economia local na geração de negócios e de serviços e na efetiva geração de emprego e renda.

#### a) CUSTO DOS BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:

O quadro a seguir demonstra o custo dos recursos alocados para os benefícios creditícios no exercício de 2014:

em R\$ 1,00

PROGRAMA	EXECUTADO 2014	TM	TJ (**)	CO= 1+(TM-TJ)	TBU = EXEC.2014 x CO
FUNDO DE SANIDADE ANIMAL DO DF - FDS (*)	48.497	0,1325	0	1,1325	54.922
FUNDO DE AVAL DO DF - FADF	691.220	0,1325	0,005	1,1275	779.351
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DF - FDR	1.997.874	0,1325	0,03	1,1025	2.202.656
FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA DO DF - FUNGER	13.236.659	0,1325	0,021042	1,1115	14.711.997
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF - FUNDEFE	236.280.023	0,1325	0,001	1,1315	267.350.846
<b>TOTAL</b>	<b>252.254.272</b>				<b>285.099.771</b>

(\*) Para o FDS, em razão de não ter havido execução em 2014, como base de projeção para o referido exercício foi considerada a execução de 2013 corrigida pelo IPCA de 2014 (6,41%).

#### ONDE:

**TM** = Taxa de Juros de Mercado (TAXA SELIC)

**TJ** = Taxa Juros do Fundo

**TBU** = Total do Benefício por Unidade

**CO** = Custo de Oportunidade

**EXEC.** = Executado em 2014

(**) Tx. FUNGER	VALOR
Cap. De Giro TJLP + 1,5% aa	1,9583
Investimento TJLP + 1,0% aa	1,4583
Investimento Rural 3% aa	3,0000
Custeio Rural 3% aa	2,0000
Total	8,4166
Média	2,10415

### b) REGIONALIZAÇÃO:

A regionalização de projetos desses recursos no Distrito Federal para o exercício de 2014 está representada no quadro a seguir, com a distribuição de valores proporcional às quantidades apresentadas por cada uma das unidades:

em R\$ 1,00

LOCALIDADE	FDS (*)		FADF		FDR		FUNGER		FUNDEFE	
	QDE	VLR	QDE	VLR	QDE	VLR	QDE	VLR	QDE	VLR
Plano Piloto	0	0	0	0	0	0	58	639.208	11	26.293.257
Gama	0	0	1	28.188	0	0	40	452.010	1	17.952.863
Taguatinga	0	0	0	0	0	0	132	1.118.275	6	99.012.624
Brazlândia	0	0	6	121.513	4	325.949	84	978.572	0	0
Sobradinho	0	0	0	0	0	0	88	1.199.626	1	42.906.458
Planaltina	0	0	17	326.886	8	892.155	269	3.913.651	1	4.220.961
Paranoá	0	0	4	129.487	3	580.876	58	697.720	0	0
Núcleo Bandeirante	0	0	0	0	0	0	9	109.523	0	0
Ceilândia	0	0	0	0	0	0	166	1.434.892	1	2.621.067
Guará	0	0	0	0	0	0	30	374.692	1	6.010.076
Cruzeiro	0	0	0	0	0	0	14	158.672	0	0
Samambaia	0	0	0	0	0	0	103	825.776	0	0
Santa Maria	0	0	0	0	0	0	35	268.174	3	57.816.668
São Sebastião	0	0	3	52.846	1	165.155	32	374.510	0	0
Recanto das Emas	0	0	0	0	0	0	45	398.411	0	0
Lago Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Riacho Fundo	0	0	0	0	0	0	20	142.597	0	0
Lago Norte	0	0	0	0	0	0	2	12.726	0	0
Candangolândia	0	0	0	0	0	0	2	31.066	0	0
Águas Claras	0	0	0	0	0	0	14	170.091	1	10.516.872
Riacho Fundo II	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudoeste	0	0	0	0	0	0	4	59.469	0	0
Varjão	0	0	0	0	0	0	2	12.782	0	0
Park Way	0	0	4	103.519	2	238.521	2	21.712	0	0
Setor Complementar	0	0	0	0	0	0	54	305.028	0	0
Sobradinho II	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jardim Botânico	0	0	0	0	0	0	2	10.314	0	0
Itapoã	0	0	0	0	0	0	17	110.717	0	0
Setor de Industria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vicente Pires	0	0	0	0	0	0	3	34.455	0	0
Vila Estrutural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fercal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distrito Federal	2	54.922	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros Estados	0	0	1	16.913	0	0				
<b>TOTAIS</b>	<b>2</b>	<b>54.922</b>	<b>36</b>	<b>779.351</b>	<b>18</b>	<b>2.202.656</b>	<b>1.336</b>	<b>14.711.997</b>	<b>26</b>	<b>267.350.846</b>

(\*) Para o FDS, em razão de não ter havido execução em 2014, como base de projeção para o referido exercício foi considerada a execução de 2013 corrigida pelo IPCA de 2014 (6,41%).

### c) DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR SETOR BENEFICIADO:

O quadro abaixo mostra o volume da renúncia de benefícios creditícios para o exercício de 2014 por setor beneficiado que, apesar da subjetividade e da diversidade de concepções na discussão teórica, permitem a geração de emprego e renda.

em R\$ 1,00

SETOR BENEFICIADO	FDS	FADF	FDRDF	FUNGER	FUNDEFE
Industria	0	0	0	553.090	82.878.762
Comércio	0	0	0	6.040.993	106.940.338
Serviços	0	0	0	1.689.799	77.531.745
Agropecuária	54.922	779.351	2.202.656	6.299.992	0
Produção de Bens	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>54.922</b>	<b>779.351</b>	<b>2.202.656</b>	<b>14.711.997</b>	<b>267.350.846</b>

### d) PROJEÇÃO DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS – 2015 a 2018

em R\$ 1,00

ANO	2015	2016	2017	2018
<b>IPCA</b>	<b>1,0751</b>	<b>1,0558</b>	<b>1,0522</b>	<b>1,0508</b>
FUNDO DE SANIDADE ANIMAL DO DF - FDS (*)	54.922	57.987	61.014	64.114
FUNDO DE AVAL DO DF - FADF (**)	760.342	836.377	920.014	1.012.016
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DF – FDR (**)	2.936.876	3.230.563	3.553.620	3.908.982
FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA DO DF - FUNGER	14.711.997	15.532.926	16.343.745	17.174.007
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF - FUNDEFE	267.350.846	282.269.023	297.003.466	312.091.242
<b>T O T A I S</b>	<b>285.814.983</b>	<b>301.926.876</b>	<b>317.881.859</b>	<b>334.250.360</b>

(\*) Para o FDS, em razão de não ter havido execução em 2014, como base de projeção para o referido exercício foi considerada a execução de 2013 corrigida pelo IPCA de 2014 (6,41%).

(\*\*) Para o FADF e o FDR os valores projetados para o período 2015-2018 são aqueles apresentados pela Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, responsável pela execução desses fundos. Para os demais a projeção foi feita considerando a aplicação da projeção do IPCA aos valores constantes da coluna TBU da alínea "a" deste instrumento.

## e) RESULTADOS

em R\$ 1,00

UNIDADES	EMPREGOS GERADOS				VALOR DA RENUNCIA			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
FUNDO DE SANIDADE ANIMAL DO DF - FDS (*)	0	0	0	0	54.922	57.987	61.014	64.114
FUNDO DE AVAL DO DF - FADF (**)	168	185	204	224	760.342	836.377	920.014	1.012.016
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DF – FDR (**)	162	178	196	216	2.936.876	3.230.563	3.553.620	3.908.982
FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA DO DF - FUNGER	3115	3289	3461	3637	14.711.997	15.532.926	16.343.745	17.174.007
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF - FUNDEFE	6267	6617	6963	7316	267.350.846	282.269.023	297.003.466	312.091.242
<b>T O T A I S</b>	<b>9.713</b>	<b>10.270</b>	<b>10.823</b>	<b>11.393</b>	<b>285.814.983</b>	<b>301.926.876</b>	<b>317.881.859</b>	<b>334.250.360</b>

(\*) Para o FDS, em razão de não ter havido execução em 2014, como base de projeção para o referido exercício foi considerada a execução de 2013 corrigida pelo IPCA de 2014 (6,41%).

(\*\*) Para o FADF e o FDR os valores projetados para o período 2015-2018 são aqueles apresentados pela Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, responsável pela execução desses fundos. Para os demais a projeção foi feita considerando a aplicação da projeção do IPCA aos valores constantes da coluna TBU da alínea "a" deste instrumento.

A seguir, é apresentado um quadro onde demonstra a projeção por exercício, o montante da renúncia e a previsão do quantitativo de empregos gerados:

em R\$ 1,00

EXERCÍCIO	VALOR APLICADO (R\$)	EMPREGOS GERADOS
2015	285.814.983	9.713
2016	301.926.876	10.270
2017	317.881.859	10.823
2018	334.250.360	11.393

(\*) Para o FDS, em razão de não ter havido execução em 2014, como base de projeção para o referido exercício foi considerada a execução de 2013 corrigida pelo IPCA de 2014 (6,41%).

(\*\*) Para o FADF e o FDR os valores projetados para o período 2015-2018 são aqueles apresentados pela Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, responsável pela execução desses fundos. Para os demais a projeção foi feita considerando a aplicação da projeção do IPCA aos valores constantes da coluna TBU da alínea "a" deste instrumento.

Com base no que foi apresentado, é possível verificar a previsão do incremento nos postos de trabalho em decorrência das concessões das renúncias aos beneficiários dos fundos. Ao final do exercício, para cada emprego gerado, requer-se em média um investimento da ordem de R\$ 29.383,84.

## 2) BENEFÍCIOS FINANCEIROS:

A respeito dos Benefícios de Natureza Financeira, deixamos de fazer constar desta Lei as considerações técnicas sobre o procedimento, até que se cumpra o contido no “item 11” do Relatório nº 05/2013, DIFIS/CONEP/CONT/STC, da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, que trata da Avaliação da relação do custo/benefício das renúncias de receitas e dos incentivos, remissões, parcelamentos de dívidas, anistias, isenções, subsídios, benefícios e afins de natureza financeira, tributária, creditícia e outros, relativamente ao exercício de 2012”, datado de 16 de março de 2013, que assim contextualiza:

“Todos os benefícios sociais constantes da Tabela 22, estimados na LDO como renúncia de benefícios financeiros, não se referem a “desembolsos efetivos realizados por meio de equalizações de juros e preços”, nem a “assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro distrital”; e, ainda, não são “dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais, bem como dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais”. Dessa forma, carecem de definições próprias no âmbito distrital para fins de cumprimento das legislações aplicáveis;”.